

A MEMÓRIA COMO EXPRESSÃO ATÁVICA DO TERRITÓRIO EM ESPAÇO TERRESTRE, DE GILVAN LEMOS¹

Anderson Felix dos Santos

(UFPE – Doutorando)

Lourival Holanda

(Doutor/Professor Titular – UFPE)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Anderson Felix dos Santos é Doutorando e mestre em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela Universidade de Pernambuco (UPE). É membro do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade de Pernambuco (CELLUPE).

Lourival Holanda é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Presidente da Academia Pernambucana de Letras. Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo. Graduação em Filosofia - Université Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis. Mestrado em Letras pela Universidade de São Paulo. Membro da Comissão da Companhia Editora de Pernambuco.

| RESUMO | ABSTRACT |
|--|---|
| O artigo analisa a relação atávica entre memória e território no romance Espaço Terrestre, de Gilvan Lemos, baseado, sobretudo, nas teorias de Glissant (2005) e Candau (2016). O objetivo foi verificar como as memórias dos personagens do grupo familiar dos Albanos se perpetuam ao longo do enredo e como se relacionam com a gênese da cidade ficcional de Sulidade. Como resultado, se constatou que a fundação da cidade é o mito norteador para a gênese de uma memória atávica que se perpetuará juntamente com a memória familiar, pois nela viveram todos os membros, ascendentes e descendentes e nela construíram a história da estirpe. | The article analyzes the atavistic relationship between memory and territory in the novel Espaço Terrestre, by Gilvan Lemos, based on the theories of Glissant (2005) and Candau (2016). The objective was to verify how the memories of the characters from the Albanos family group are perpetuated throughout the plot and what is the relationship with the genesis of the fictional city of Sulidade. As a result, it was found that the foundation of the city is the guiding myth for the genesis of an atavistic memory that will be perpetuated along with the family memory, as all members, ascendants and descendants lived in it and built the history of the lineage in it. |
| PALAVRAS-CHAVE | KEY-WORDS |
| Atavismo; Gilvan Lemos; Memória; Território. | Atavistic; Gilvan Lemos; Memory; Territory. |

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

INTRODUÇÃO

No romance *Espaço Terrestre*, de Gilvan Lemos, publicado em 1993, acompanha-se a saga familiar dos Albanos, estirpe de ascendência lusa que inicia sua trajetória na figura de Albano Nuno Varela ao aportar em terras brasileiras. Chegando a Pernambuco, na então Vila do Recife, percebe que a realidade será tão difícil quanto a vida que levava em terras lusitanas, restando para si conformar-se com a condição de empregado no cais. Durante sua estadia em Pernambuco, conhece a filha de um comerciante local, que o convida para desposar sua filha e, em seguida, fugir de Recife junto com outros amigos para escapar do caos instaurado pelo clima político do Estado no século XVII, em eminência da Revolução Pernambucana. Com a intenção de inaugurar a própria civilização, o grupo empreende um êxodo, no qual somente a memória é condutora daquele povo de "desgarrados no tempo e no espaço" (LEMOS, 1993, p. 11).

Ao fundar Sulidade, lugar onde residirão dali por diante, a memória coletiva perpetua a tradição, os costumes e a história das famílias refugiadas, funcionando como um liame vivo capaz de manter a unidade do povo e sua relação atávica com o território. Nessa cidade, ao modo de *Cem anos de solidão* (1967), o grupo familiar protagonista perpetua sua estirpe com os nomes se mesclando e se confundindo: Albano Filho, José Albano, Albano José, José Albano Neto. Esse processo genealógico perpetua também a memória familiar – exclusivamente patriarcal, uma vez que as mães morrem ao dar à luz – e servindo de elo atávico com a cidade.

Valendo-se desses argumentos, ao decorrer do artigo, analisa-se a presença das memórias no romance *Espaço Terrestre* (1993), de Gilvan Lemos, a fim de investigar como elas se apresentam na obra constituindo uma relação atávica. Para tanto, buscamos como principal chave de leitura possível a teoria do ensaísta Édouard Glissant (2005), que classifica a expressão cultural relacionada à identidade e sociedade dividindo-a em cultura atávica e compositória. Segundo o autor, a cultura atávica parte do princípio da filiação cujo objetivo é legitimar a terra como território, enquanto a compositória é a que vai ao encontro de outras culturas. O ensaísta relaciona as culturas atávicas com algo denominado mito fundador, correspondente aos elementos estruturais de uma cultura. Segundo ele, a função do mito fundador é “consagrar a presença de uma comunidade em um território” (GLISSANT, 2005, p. 74).

Nesse sentido, o princípio de gênese de todo território, invariavelmente, passa pela construção da memória. De acordo com o antropólogo Joël Candau (2016), é por meio da transmissão das memórias genealógica e familiar que se evidencia de maneira

mais acentuada a relação entre memória e identidades. O antropólogo indica que por mais recursos que se empregue para fixar a memória de uma família, as identidades dos grupos seguem se movendo, reagrupando-se e reorganizando-se por meio da genealogia naturalizada – baseada no sangue e no solo – e genealogia simbolizada – a constituída pelo mito fundador. Portanto, o legado da estirpe, por meio da perpetuação da memória, permite a consagração de uma família sobre um território por meio de uma ancoragem mnemônica.

1 O TERRITÓRIO COMO PRINCÍPIO MNEMÔNICO

Memória e sociedade sobrevivem por meio do homem e o homem por meio delas, nas palavras de Jöel Candau, "a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada" (CANDAU, 2016, p. 16). Nesse sentido, é possível perceber que a interação entre memória e sociedade é também fundamental para o desenvolvimento das identidades. Estas são a soma das memórias de um sujeito subtraídas de seus esquecimentos, voluntários ou não, pois o plano da memória é composto, também, do que é escolhido olvidar.

Partindo da concepção de memória como uma faculdade, o antropólogo propõe uma taxonomia das diferentes formas da memória manifestar-se: a primeira é a memória de baixo nível ou protomemória, que corresponde à memória do hábito, compartilhada pelos membros de uma sociedade, como uma série de instruções para executar determinada função. Pode ser entendida como memória procedural, que grava por meio dos aprendizados as práticas mecânicas. A memória de alto nível, segunda da taxonomia proposta, diz respeito à recordação propriamente dita, é a responsável por retomar saberes, crenças, sensações e sentimentos da biografia de um sujeito. A última, metamemória, trata-se da efetiva construção de identidades de um indivíduo através da representação que ele faz de sua própria memória e do conhecimento de mundo que possui. É uma forma reivindicada e ostensiva de construir-se na sociedade.

As duas primeiras, estão no plano da memória individual, a terceira, entretanto, a metamemória, é o cerne do conceito de memória coletiva, pois está intimamente relacionada à *representação*. A metamemória só pode existir em contextos coletivos, como fruto de uma memória supostamente comum a todos os indivíduos de uma comunidade – ainda que toda memória coletiva seja somente um ponto de vista individual. Isto implica dizer que os membros do grupo são os responsáveis pela *reprodução da representação* que se faz da memória.

Por conseguinte, o que faz o homem diferente dos outros animais é o uso que ele faz da memória. Não da memória procedural, mas uma metamemória ancestral, de caráter evolutivo e de ordem genética, sistemática e social, que o faz aprender a

desenvolver-se a partir das memórias de seus semelhantes, preservando e compartilhando saberes. Assim, o homem permanece existindo porque não esquece. Ele não apenas se recorda, como fazem, por exemplo, os animais ditos irracionais, onde escondeu a comida ou qual o caminho mais fácil para chegar à água, mas organiza e localiza a memória no tempo e no espaço, reflete sobre ela, cria suas representações, transmite, institucionaliza-a e escolhe como perpetuá-las.

As representações que a memória cria e institucionaliza pode ser usada também para compreender a relação do indivíduo com o território, visto que ele funciona como um espaço de organização social onde os sujeitos criam vínculos e vivências fundamentais para suas relações.

Nesse sentido, Glissant (2005) se apropria das noções de raiz única e rizoma para propor uma categorização da cultura em atávica e compositória. A cultura atávica é a que se perpetua a partir de um mito fundador e, como uma raiz única, inaugura uma filiação. Por outro lado, a cultura compositória comporta-se como rizoma, pois vai ao encontro de outras culturas, relacionando-se com elas. Nas culturas atávicas, o mito fundador se perpetua e se fixa como elemento representativo de uma terra eleita e princípio organizador da sociedade, como se deu, por exemplo, com a Bíblia nas sociedades cristãs, o *Popol Vuh* dos maias, a Torá dos hebraicos, entre outros.

Ao discutir a relação entre mito e memória, Candau (2016) afirma que a memória permite a perpetuação do mito e, tanto memória quanto mito, são as responsáveis por modelar os sujeitos, e também o contrário:

isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2016, p. 16)

O autor observa também que os grupos onde existe uma relação intensa e recíproca entre seus membros, são mais propícios à constituição de uma forte memória coletiva como princípio organizador. Nos núcleos familiares, por exemplo, os contatos são mais fortes, os membros compartilham a história de suas gerações e, conseqüentemente, características semelhantes. Em *Espaço Terrestre*, Sulidade funciona justamente como elemento de gênese de uma nova sociedade, que surge como princípio balizador da memória de seus habitantes, não somente porque depositaram nelas as expectativas de criar um espaço novo e livre das tensões existentes na Vila do Recife, como também esta foi a terra eleita para perpetuar suas famílias.

Os mitos fundadores permitem que um povo reconheça a terra como território por meio da filiação, uma gênese, como se observa em *Espaço Terrestre*, com a criação da

cidade Sulidade e a noção de pertencimento do povo a essa comunidade isolada através das décadas por meio da memória coletiva, genealógica e familiar que são transmitidas e, desse modo, perpetuam histórias, mitos e lembranças que se confundem com a história oficial, que também se desdobra no mito fundador, porque é ele que orienta a abordagem histórica do discurso até confundir-se com ele e é resultado das interferências da memória, como coloca a professora Ecléa Bosi (1994):

O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. No outro extremo, haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações. A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de esquecer tudo quanto não fosse "atualmente" significativo para o grupo de convívio da pessoa. (BOSI, 1994, p. 67)

Em retrospectiva histórica, percebe-se que o registro e organização da geografia e passagem do tempo foi fundamental para o desenvolvimento das mais diversas civilizações, pois por meio deste mecanismo, podia-se determinar o ciclo das estações, colheitas, safras, migrações, entre outras. Desta forma, estabelecer-se sem o reconhecimento geográfico ou cronológico do período significou para os fundadores de Sulidade a inauguração de um novo tempo, do qual somente eles eram entendedores, desvinculando de maneira total aquele povo do restante do Brasil e instituindo um território com uma nova ordem.

Além disso, geograficamente, a localização de Sulidade é incerta, o caminho percorrido não foi delimitado nem mesmo pela ordem cronológica, uma vez que o controle do calendário ficou a cargo da personagem Jesuína, que manipulou a contagem a fim de adiar seu casamento e, conseqüentemente, a consumação.

Para corroborar esta abordagem interpretativa, podemos recorrer aos estudos do geógrafo suíço Claude Raffestin (1993), que estabelece a distinção entre espaço e território. Segundo ele, território envolve posse e modificação do espaço pelos agentes que atuam sobre ele, isto é, pressupõe uma ideia de posse e poder:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, 143).

A fundação de Sulidade implica tanto a gênese de um mito, quanto o estabelecimento das relações de posse das personagens sobre o território. Essa leitura coincide com a categorização do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1983), ao estabelecer que "espaço" significa o ambiente que se deseja. Quando Sulidade era ainda apenas o desejo de criar uma nova civilização, era um espaço, quando as memórias do

povo, sobretudo por meio da genealogia, começaram a alterar a configuração da cidade, tornou-se um território, que foi perpetuado através das gerações que solidificaram os elos mnemônicos da família naquela cidade.

O quadro que compõe a memória familiar é responsável por reivindicar através de filiação as identidades de seus membros e qual o grau de pertencimento deles. Em *Espaço Terrestre*, o quadro mnemônico focalizado é o familiar e a relação dos Albanos na transmissão genealógica das memórias do grupo. Esses quadros repercutem também na maneira como as gerações se relacionam com os territórios em que vivem, criando uma relação atávica, como observa a professora Aleida Assmann (2011):

O significado dos locais das gerações surge do vínculo duradouro que famílias ou grupos mantêm com um local determinado. Assim surge uma relação estreita entre as pessoas e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias (ASSMANN, 2001, p. 328)

As contribuições da memória para o desenvolvimento das relações entre sujeitos e espaços são, evidentemente, complexas, visto que sujeitos não existem identidades estanques, mas em constante transformação em contato com comunidades, crenças, sistemas políticos e outros; a composição das memórias, por sua vez, também é múltipla, condicionada às experiências sociais que o indivíduo absorve. Ainda assim, é ela a responsável por organizar as identidades, pois é o mecanismo humano capaz de armazenar conhecimento e possibilitar a noção de pertencimento do homem a alguma esfera social, como é o caso dos cidadãos de Sulidade. Tal observação implica reconhecer que os espaços de memória estão transpassados por uma relação familiar que permite reconhecê-los como instrumentos capazes de guardar suas histórias e perpetuar suas identidades.

2 ASPECTOS MNEMÔNICOS DA CULTURA ATÁVICA EM ESPAÇO TERRESTRE

A relação entre a memória familiar e o território se estabelece desde tempos antigos, como nas comunidades gregas e romanas, onde o núcleo familiar celebrava seus rituais aos deuses no ambiente doméstico, criando um vínculo entre aquele espaço e os membros da família.

Segundo Bosi (1994) o compromisso entre família e território é secular e remonta a Roma antiga:

Na Roma antiga a terra pertencia para sempre à família que a cultivava, que nela enterrava seus mortos e erigia o altar dos deuses lares. Terra, família, religião comungavam no mesmo espírito. Na terra se cultivavam o alimento e a memória dos vivos e mortos (BOSI, 1994, p. 424).

Em outras sociedades, embora, por vezes, não se mantenham os ritos e demais tradições, pode-se perceber a manutenção de um elo que transcende as gerações e transmitem a noção de pertencimento. É uma ideia complexa e inexplicável, que não pode ser compreendida pelos sujeitos externos ao grupo na qual se estabelece. No caso do romance de Gilvan Lemos, embora não existam ritos específicos, a celebração das relações entre personagens e espaços dão-se, principalmente, pelo senso de comunidade que desenvolvem.

A relação entre memória e território é também significativa ao considerar-se a formação dos indivíduos. O território modifica as pessoas e o inverso também ocorre, portanto, a memória se encarrega de registrar os acontecimentos de uma maneira que mesmo que em um momento posterior o território seja eliminado, as memórias permanecem como elementos da formação afetiva dos sujeitos, tendo como base os mitos fundadores de uma comunidade.

O procedimento organizacional da memória de uma comunidade atávica intrinsecamente relacionada com as memórias genealógicas e familiares, pois essas são condutoras da cultura. Em *Espaço Terrestre* observa-se esse movimento, sobretudo, nas relações entre avôs e netos, por exemplo, no trecho que se segue:

Do avô José Albano, com quem mais convivia, é que José Albano Neto ganhava os conhecimentos: da labuta no campo, das mudanças do tempo, das desgraças, das intempéries, do louvor à bonança, da conformação ao sofrimento, das imposições da vida e da inutilidade da luta inglória contra o que já estava traçado por um Ser invisível que não chamava de Deus, mas que, ao referir-se a Ele, erguia os olhos ou apontava o céu com indicador rústico, apocalíptico, de determinação imemorial. Do avô, que igualmente convivera com todos os Albanos conhecidos e a todos ouvirá é que José Albano Neto apreendida as histórias da família e de Sulidade, as que provavelmente teriam acontecido. Histórias não documentadas, não contadas em livros, sujeitas portanto a interpretações pessoais, diminuições ou acréscimos próprios de narrativas que por muito repetidas vão-se deturpando naturalmente. Não obstante, para José Albano Neto o avô era o centro de tudo que dizia respeito a Sulidade e a família Nuno Varela, o avô era sábio (LEMOS, 1993, p. 13-14).

Fica evidente como a relação que o avô e neto é poderosa e importante não apenas de uma maneira afetiva, mas também no campo da formação instrucional, orientando o menino sobre os conhecimentos do trabalho no campo e com a natureza. E ainda, é também o responsável por perpetuar a memória de seus ancestrais, repassando por meio da oralidade uma história anterior a do jovem, presentificando a figura da genealogia dos Albanos e garantindo que a história da estirpe sobreviva. José Albano guarda na memória a história da cidade e dos seus antepassados e transmite ao neto, ainda que invariavelmente deturpadas pela repetição, colocando-se como elo vivo.

Diante disso, é possível considerar a as memórias genealógica e familiar como princípios da cultura atávica, pois é uma memória que, guiada pelo mito fundador de uma gênese, consagra a presença dos indivíduos sobre o território pela transmissão das memórias aos membros do núcleo familiar e mesmo quando esse núcleo se desagrega, ela se perpetua justificando sua existência.

Conseqüentemente, podemos considerar uma transmissão mnemônica familiar ainda que os membros do grupo não convivam entre si, desde que haja um elo entre eles. Essa relação fica evidente na passagem destacada anteriormente, mas também em outros trechos, como o citado a seguir, onde destaca-se que a criação que José Albano destina ao seu neto é uma espécie de repetição da sua própria, buscando infundir na criança os ensinamentos que seus antecessores acharam necessários transmitir:

Passou a criar José Albano como ele próprio fora criado pelo pai, da mesma maneira como o pai fora criado pelo avô. Nas horas de lazer pegava-o nos braços, montava no cavalo e ganhava as lonjuras dos ventos livres. Enfaixava o menino pela cintura, as costas dele contra sua barriga, acomodava-o no arção da sela, e era como se o nutrisse de novo, continuasse em outra fase a que a mãe iniciara, transmitisse-lhe diferentes energias de desenvolvimento e mais se ligava a ele (LEMOS, 1933, p. 146-147).

Uma vez que as esposas dos Albanos morrem no parto, cabe ao pai e ao avô a criação dos descendentes. No romance, essa relação é descrita como um processo não apenas de aprendizagem, mas como a alimentação de um sistema vivo, de uma relação de filiação latente e poderoso, capaz de ligar os membros da estirpe além das gerações.

No mesmo sentido, a relação que essas personagens desenvolvem com a cidade está baseada no fato deles terem ativamente participado de sua gênese, como se fossem os pais daquele espaço, que forjaram com o suor do próprio corpo. Todas as casas foram erguidas pelas mãos das próprias famílias, assim que se fixaram em Sulidade, e foram passadas entre as gerações.

A noção de enraizamento de uma comunidade em um território também é discutida pelo professor João Carlos Tedesco (2002), que problematiza a relação entre casa e memória familiar através da legitimação de pertencimento de uma comunidade:

As casas são testemunhos edificados do grupo familiar, de sua dimensão mais íntima, dos ritmos diários, dos rituais, das rupturas e discontinuidades e da sucessão de gerações. Entendida como espaço simbólico, a casa passa a ser integrada ao indivíduo através de suas vivências, sendo elemento importante na manutenção da identidade social do idoso. A casa é o elo integrador (TEDESCO, 2002, p. 63-64)

A relação entre casa e personagens é extremamente significativa na obra de Gilvan

Lemos, de modo que, após a morte da esposa de Albano Filho, este abandona a residência da falecida e volta para sua primeira casa, no sítio, onde criará seu filho juntamente com o avô, a partir de então se fortificam os laços de memória genealógica e familiar.

Em Sulidade, a distância do restante da civilização era quase que total, mas ainda assim alguns personagens deixaram a cidade e voltaram em seguida, como foi o caso de José Albano, que quando retorna, traz uma esposa. Ele é um dos personagens do núcleo familiar central do romance, nasceu e criou-se na cidade, teve uma infância feliz e singela no sítio, cuidado pelo pai e avó. Após a morte do pai, não tendo mais aparentes vínculos que o ligassem a cidade, resolve ir embora.

Ele retorna nove anos depois, estes nove anos solidificaram alterações em Sulidade e em si, a cidade e ele completamente diferentes. Até mesmo o movimento de retorno para Sulidade depois de todos esses anos é a resignificação de um trajeto, feito primeiramente por seus antepassados ao empreenderem o êxodo do Recife. O trajeto que os ascendentes realizaram ficou na memória coletiva dos habitantes da cidade, pois é a partir dele que Sulidade se forma, é como reviver a história da cidade e a ancestralidade de sua própria história.

Quando José Albano retorna a Sulidade, a cidade que ele deixou para trás é não mais que o conjunto de experiências que ele teve quando a habitou, pequenos elementos que constituíram uma memória. Agora, retornando, ao longo de sua caminhada, ela representa novas experiências que realizam uma série de tensões entre o que ele vivenciou e o elemento novo, do desconhecido, mas que guarda resquícios de uma memória afetiva e topográfica.

Uma variação dessa relação entre território e memória aparece em outra passagem: quando Albano José nasce, seu pai José Albano pensa em deixar a cidade, uma vez que sua esposa, Maria da Saudade, morre no parto – aliás, todas as esposas dos Albanos morrem no parto em decorrência de uma maldição – mas não pode fazê-lo, pois tem um filho para criar, isso reforça ainda mais o laço genealógico entre ele e o filho, pois, pode dedicar-se integralmente a ele, transmitindo de maneira direta as memórias. Todo o cenário contribui para tal, tanto o isolamento na casa da família – passou a viver afastado da cidade, dedicando-se ao filho e aos trabalhos rurais porque as pessoas de Sulidade o faziam evocar memórias desagradáveis – como na lida diária com o filho, os objetos ao redor, entre outros.

Nesse sentido, destaca-se a importância da casa e, principalmente, do retorno a ela em *Espaço Terrestre*. Segundo o filósofo francês Bachelard “a casa é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos”. (BACHELARD, 2008, p. 24). O autor também admite que “é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas” (BACHELARD, 2008, p. 27). Memória e

ambientes são indissociáveis, pois representam a resistência do passado.

Entretanto, não é apenas a casa que funciona como elemento integrador de memórias e elo entre os indivíduos, muitas vezes essa relação se estende também aos objetos. É comum que indivíduos estabeleçam relações sentimentais com objetos que lhe tragam alguma memória afetiva, seja porque tal objeto pertenceu a alguém especial, seja porque ele teve uma presença significativa na vida do indivíduo. Essa relação é fluida e com o distanciamento vai ganhando novos significados, servindo para referenciar histórias que se transmutam ou que se confundem com a pessoa a que pertenceu o objeto. Uma das primeiras atitudes de José Albano é recuperar uma cadeira que teria servido para sua própria criação e manutenção da relação com o pai e agora lhe serviria com o filho:

Foi ao galpão dos despejos, mexeu nos velhos trastes até encontrar a cadeira que o servira tempos atrás, a cadeira que o pai lhe fizera para tê-lo ao lado no trabalho diário. Restaurou-a, trouxe-a para casa, pensando: O sonho de meu pai era conhecer o Brasil. Não viajou por minha causa. Agora é este coisinha que me prega a mesma peça (LEMOS, 1993, p. 146)

Percebe-se a referida cadeira como objeto emblemático para o grupo familiar, não tratando-se apenas de mero objeto utilitário, mas possuidor de valor afetivo importante por fazer parte da história da família.

No romance de Lemos (1993) a memória também orientou a relação com a linguagem, os sobrenomes das famílias, por exemplo, foram se alterando ao longo do tempo de acordo com características que as pessoas resguardavam ou a cidade de origem, bem como os filhos começaram a ser batizados de acordo com variações dos nomes dos pais e exercer, por sua vez, as profissões desses. A questão da linguagem que se perpetua em Sulidade e a própria gênese da cidade são basilares para a continuidade da memória justamente por serem mitos fundadores de uma genealogia.

No caso dos sobrenomes, pode-se recuperar o argumento de Tedesco (2002):

O sobrenome, por exemplo, não é apenas uma identificação pessoal que se esgota no indivíduo que o carrega; há imagens, contatos com a história, com formas de comunicação temporal, integridades e persistências. Os nomes associam-se a tradições, a moralidades, ao elemento de continuidade. (TEDESCO, 2002, P. 51)

A pesquisadora Lins de Barros (1987) também trata da questão dos nomes ao analisar os dados de uma entrevista que conduziu com diversas famílias cariocas, relacionando essa perpetuação com a intenção de patrilinear a transmissão da memória da família, bem como estabelecer uma hierarquização e tradição familiar:

O ciclo desse tempo familiar renova-se também através dos nomes. A neta de

Ricardo tem o mesmo nome de sua avó materna e de sua irmã. A adoção de nomes aos descendentes, embora tenha sido mencionado apenas por este entrevistado, não é incomum no universo das camadas médias e fica patente quando se concretiza através dos homens marcando a patrilinearidade da transmissão do nome de família. Herda-se o nome e o sobrenome paterno, e após o qual se segue o Filho ou o Neto. A transmissão do nome e do sobrenome por linha patrilinear representa, também, nesse meio social, uma preocupação em 'aristocratizar' o nome de família, forjando uma tradição familiar nos moldes das grandes famílias de que nos fala Freyre (LINS DE BARROS, 1987, p. 89).

Sua análise oferece um mecanismo para compreendermos a repetição dos nomes das personagens acrescidos de "Filho" e "Neto" no romance: trata-se do princípio da solidez de determinado grupo social dentro de uma comunidade, onde a ascendência e a repetição servem para situar um indivíduo como parte integrante de uma tradição e identificá-lo na vida pública, de maneira a registrar seu valor. Assim, a família demonstra a ancestralidade e a identidade do sujeito.

No romance ora analisado, os nomes de batismo das personagens são fundamentais para a afirmação de suas posições no mundo a partir de suas ascendências. Do mesmo modo, conservar essa nomenclatura é lembrar-se da importância social do indivíduo em determinado grupo, como explica Candau (2016):

Chamar alguém por seu nome – e mesmo escrever corretamente o seu sobrenome – é lembrar-se da atribuição é do reconhecimento social de uma identidade. Igualmente, 'fazer o nome' é agir para a posteridade, ter a esperança estéril de não desaparecer no esquecimento. Como mostram esses diferentes exemplos, não é suficiente apenas nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória dessa nomenclatura, o que é a razão de ser da memória administrativa registrada nos atos de estado civil (CANDAU, 2016, p. 69).

A questão da nomeação é fundamental para entender também o complexo jogo da linguagem das genealogias. As famílias judias, por exemplo, que fugiam da Santa Inquisição, uma vez convertidos em cristãos novos, muitas vezes alternavam seus registros para "nomes cristãos", pois o simbolismo que carregava a semântica de seus batismos antigos os denunciava e os punha em risco, visto que seriam facilmente reconhecidos nas comunidades e questionados quanto à dedicação a sua nova fé.

A confluência de perspectivas de tais pesquisadores, portanto, evidencia a importância da linguagem para manutenção da memória de um grupo biológico no contexto social, afinal, são os nomes que perpetuarão e identificarão determinado indivíduo como parte de uma família e sugerirá seu lugar na sociedade. E esse pressuposto embasa a leitura interpretativa da relação entre linguagem e memória, bem como sua capacidade de operar como elemento solidificador de determinadas comunidades em territórios a partir de um mito fundador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos organizam a memória socialmente porque ela produz e compartilha quadros de memória, assim como ocorre com o território que ocupam. Verticalizando essa discussão, esse artigo explorou a relação entre memória e o território como instrumentos possíveis para a leitura de *Espaço Terrestre*. Nesse sentido, é possível relacionar o livro de Gilvan Lemos com os conceitos de cultura atávica e mito fundador (Glissant, 2005) por intermédio do grupo familiar central, os Albanos, que empreendem um êxodo até um lugar no qual fundam sua própria comunidade social, reivindicando a posse daquela terra através das gerações por meio das memórias individuais e coletivas. A fundação da cidade é o mito norteador para a gênese de uma memória atávica que se perpetuará na comunidade.

A concepção de memória está intimamente relacionada ao território, onde de maneira atávica perpetuam-se continuamente os saberes e tradições de um grupo familiar. No caso do romance analisado, é o pertencimento a determinado território que caracteriza a permanência da família, pois é aglutinador da memória genealógica e familiar, uma vez que nele viveram todos os membros, ascendentes e descendentes.

Em *Espaço Terrestre*, os liames mnemônicos conduzem as personagens pelo enredo em uma trilha viva e latente que consagra um vínculo por entre as gerações e sua relação com Sulidade, pois a família, assim como o mito fundador, é berço de todas as referências daqueles que nascem e partilham momentos em conjunto, servindo de fonte profícua para sua manutenção.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

GLISSANT, É. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

LEMOS, G. **Espaço terrestre**. 1ª edição. Recife: Civilização Brasileira, 1993.

LINS DE BARROS, M. M. **Autoridade e afeto: avós filhos e netos na família brasileira**. Rio de



Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Título em inglês:

MEMORY AS ATAVIC EXPRESSION OF TERRITORY IN *ESPAÇO TERRESTRE*, BY GILVAN LEMOS